



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo**

Projeto de Lei 31/2022

OFÍCIO Nº. 0485/2022-GAP

Protocolo 34393 Envio em 14/06/2022 08:57:16

Paraguaçu Paulista-SP, 13 de junho de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
José Roberto Baptista Júnior
Presidente da Câmara Municipal
Rua Guerino Mateus, 205, Jardim Paulista
19703-060 Paraguaçu Paulista-SP

Assunto: Encaminha o Projeto de Lei nº ____/2022.

Senhor Presidente:

Encaminhamos à apreciação dessa egrégia Câmara Municipal o referido Projeto de Lei e sua Justificativa, que “Dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial ao Orçamento Programa 2022, no valor de R\$ 2.265.874,50, destinado aos Departamentos Municipais, projetos, atividades e pagamentos das despesas que especifica”.

Solicitamos de Vossa Excelência, nos termos do art. 17, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, a convocação de sessão extraordinária para apreciação deste projeto de lei em face da relevância e urgência da matéria.

A natureza relevante reside no fato de se tratar de matéria relacionada a execução de obras e serviços e aquisições nas áreas de obras e serviços públicos e de saúde, objetos de convênios e termo de fomento, a executar com recursos originários de transferências e convênios estaduais e de emendas impositivas municipais.

A urgência, por sua vez decorre da necessidade de se aprovar o respectivo crédito o mais breve possível, para que o Município inicie os procedimentos necessários às contratações das obras e serviços de Construção da Ponte da Roseta e/ou liberação de recursos à Associação Paraguaçuense de Combate ao Câncer, objetos desta propositura.

Não havendo tempo hábil para a convocação de sessão extraordinária antes da próxima sessão ordinária, sugerimos a Vossa Excelência, nos termos do art. 190 do Regimento Interno da Câmara Municipal, que este projeto de lei seja submetido ao Regime de Urgência Especial, pelas razões de urgência supracitadas.

Certos da atenção de Vossa Excelência, antecipamos agradecimentos e apresentamos nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)
Prefeito

ATS/TSC/DRVS/vfr/ammm
OF



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo**

JUSTIFICATIVA

Projeto de Lei nº. _____, de 13 de junho de 2022

Senhor Presidente e Nobres Vereadores:

Encaminhamos à apreciação e deliberação dessa egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei, que “Dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial ao Orçamento Programa 2022, no valor de R\$ 2.265.874,50, destinado aos Departamentos Municipais, projetos, atividades e pagamentos das despesas que especifica”.

Esta propositura visa obter autorização para abertura de crédito especial de R\$ 2.265.874,50 (dois milhões duzentos e sessenta e cinco mil oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos), ao Orçamento Programa 2022, conforme classificação do Anexo I.

O crédito será aberto no Departamento de Obras e Serviços Públicos e no Departamento de Saúde, para atendimento dos seguintes projetos e atividades e pagamentos das despesas relacionadas:

I - Projeto 1010 – Reforma/Recuperação Pontes e Estradas Vicinais – obras e instalações – CONV CMIL 40.630.2022, celebrado com a Casa Militar / Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, para Construção de ponte de acesso ao Distrito da Roseta, na estrada vicinal PGP-161, sobre o rio Capivara – R\$ 2.199.170,23;

II - Atividade 2035 – Suporte Administrativo - outros serviços de terceiros pessoa jurídica – Termo de Fomento, a ser celebrado com a Associação Paraguaçuense de Combate ao Câncer, para aquisição de equipamentos e mobiliários – R\$ 66.704,27.

O crédito será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente, superavit financeiro do exercício anterior e anulação parcial ou total de dotações, conforme classificação constante do Anexo II, originários das seguintes fontes de recursos:

I - excesso de arrecadação - Fonte de Recurso 02 - Transferências e Convênios Estaduais vinculados: tendência de arrecadação de recursos do exercício corrente, por conta da expectativa de liberação de recursos do convênio celebrado com a Casa Militar / Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, para atendimento do Projeto 1010, que ocorrerá após a emissão de ordem de serviço ou execução de parcela, conforme cópias anexas do convênio e do plano de trabalho;

II - superavit financeiro do exercício anterior - Fonte de Recurso 91 – Tesouro – exercícios anteriores: recursos provenientes de Royalties repassados ao



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo**

Município no exercício anterior, alocados como contrapartida no convênio celebrado com a Casa Militar / Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, para atendimento do Projeto 1010, conforme cópia anexa do demonstrativo de superavit financeiro 2021; e

III - anulação parcial ou total de dotações - Fonte de Recurso 08 – Emendas Parlamentares Individuais: recursos provenientes de emendas parlamentares individuais ao Orçamento 2022, destinados ao Departamento de Saúde em benefício da Associação Paraguaçuense de Combate ao Câncer, para atendimento da Atividade 2035, realocados por alteração do objeto, conforme cópias anexas da solicitação do Executivo e da aprovação do Legislativo.

Por conta do crédito ora aberto, fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Município, estabelecida pelo Decreto Municipal nº 6.878, de 3 de janeiro de 2022.

Para tanto, considerada a relevância e urgência da matéria, solicitamos os bons préstimos de Vossa Excelência e dos Nobres Vereadores na apreciação e votação desta propositura.

A natureza relevante reside no fato de se tratar de matéria relacionada a execução de obras e serviços e aquisições nas áreas de obras e serviços públicos e de saúde, objetos de convênios e termo de fomento, a executar com recursos originários de transferências e convênios estaduais e de emendas impositivas municipais.

A urgência, por sua vez decorre da necessidade de se aprovar o respectivo crédito o mais breve possível, para que o Município inicie os procedimentos necessários às contratações das obras e serviços de Construção da Ponte da Roseta e/ou liberação de recursos à Associação Paraguaçuense de Combate ao Câncer, objetos desta propositura.

Na oportunidade, antecipamos agradecimentos a Vossa Excelência e aos Nobres Vereadores na apreciação e votação desta propositura.

Atenciosamente.

ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)
Prefeito



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo**

PROJETO DE LEI Nº. _____, DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial ao Orçamento Programa 2022, no valor de R\$ 2.265.874,50, destinado aos Departamentos Municipais, projetos, atividades e pagamentos das despesas que especifica.

**A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA
APROVA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de R\$ 2.265.874,50 (dois milhões duzentos e sessenta e cinco mil oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos), ao Orçamento Programa 2022, conforme classificação do Anexo I.

Art. 2º O crédito será aberto no Departamento de Obras e Serviços Públicos e no Departamento de Saúde, para atendimento dos seguintes projetos e atividades e pagamentos das despesas relacionadas:

I - Projeto 1010 – Reforma/Recuperação Pontes e Estradas Vicinais – obras e instalações – CONV CMIL 40.630.2022, celebrado com a Casa Militar / Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, para Construção de ponte de acesso ao Distrito da Roseta, na estrada vicinal PGP-161, sobre o rio Capivara – R\$ 2.199.170,23;

II - Atividade 2035 – Suporte Administrativo - outros serviços de terceiros pessoa jurídica – Termo de Fomento, a ser celebrado com a Associação Paraguaçuense de Combate ao Câncer, para aquisição de equipamentos e mobiliários – R\$ 66.704,27.

Art. 3º O crédito será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente, superavit financeiro do exercício anterior e anulação parcial ou total de dotações, conforme classificação constante do Anexo II, originários das seguintes fontes de recursos:



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 13 de junho de 2022 Fls. 2 de 3

I - excesso de arrecadação - Fonte de Recurso 02 - Transferências e Convênios Estaduais vinculados: tendência de arrecadação de recursos do exercício corrente, por conta da expectativa de liberação de recursos do convênio celebrado com a Casa Militar / Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, para atendimento do Projeto 1010, que ocorrerá após a emissão de ordem de serviço ou execução de parcela, conforme cópia anexa do convênio e plano de trabalho;

II - superavit financeiro do exercício anterior - Fonte de Recurso 91 – Tesouro – exercícios anteriores: recursos provenientes de Royalties repassados ao Município no exercício anterior, alocados como contrapartida no convênio celebrado com a Casa Militar / Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, para atendimento do Projeto 1010, conforme cópia anexa do demonstrativo de superavit financeiro 2021;

III - anulação parcial ou total de dotações - Fonte de Recurso 08 – Emendas Parlamentares Individuais: recursos provenientes de emendas parlamentares individuais ao Orçamento 2022, destinados ao Departamento de Saúde em benefício da Associação Paraguaçuense de Combate ao Câncer, para atendimento da Atividade 2035, realocados por alteração do objeto, conforme cópias anexas da solicitação do Executivo e da aprovação do Legislativo.

Art. 4º Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Município, estabelecida pelo Decreto Municipal nº 6.878, de 3 de janeiro de 2022.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 13 de junho de 2022.

ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)
Prefeito

ATS/TSC/DRVS/vfr/ammm
PLO



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 13 de junho de 2022 Fls. 3 de 3

ANEXO I

02	04	04	DEPARTAMENTO DE OBRAS		
	828	26.782.0004.1010.0000	REFORMA/RECUPERAÇÃO PONTES E ESTRADAS VICINAIS		
	2.089.211,72				
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
		02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
		100	CMIL_40.630.2022_PONTE_ROSETA	281	
	829	26.782.0004.1010.0000	REFORMA/RECUPERAÇÃO PONTES E ESTRADAS VICINAIS		
	109.958,51				
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
		91	TESOURO - exercícios anteriores		
		100	ROYALTIES - MANUTENÇÃO DE GASTOS	173	
02	10	01	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA		
	826	10.122.0021.2035.0000	SUPORTE ADMINISTRATIVO	66.704,27	
		4.4.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
		08	EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS		
		110	GERAL	000	
TOTAL CRÉDITO ESPECIAL R\$					2.265.874,50

ANEXO II

Fontes de Recurso					
	02	00			2.089.211,72
Superavit Excesso de Arrecadação R\$					2.089.211,72
Fontes de Recurso					
	91	00			109.958,51
Subtotal Superavit Financeiro R\$					109.958,51
02	10	01	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA		
	293	10.122.0021.2035.0000	SUPORTE ADMINISTRATIVO	-66.704,27	
		3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
		08	EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS		
		310	SAÚDE-GERAL	000	
Subtotal Anulação R\$					-66.704,27
TOTAL EXCESSO, SUPERAVIT E ANULAÇÃO R\$					2.265.874,50

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA MILITAR
COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

TERMO DE CONVÊNIO Nº CMIL – 040/630/2022

Termo de Convênio que celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Militar e esta por sua Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC, e o Município de Paraguaçu Paulista, para execução de obras e serviços destinados a medidas preventivas ou recuperativas de Defesa Civil

O Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Militar e esta por sua Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC, com sede na Av. Morumbi, nº 4.500, neste ato representada por seu Coordenador, **Coronel PM HENGUEL RICARDO PEREIRA**, devidamente autorizada pelo Governador do Estado, nos termos do Decreto nº 57.905, de 23 de março de 2012, e alterações posteriores, doravante designada **COORDENADORIA**, e o Município de **PARAGUAÇU PAULISTA** representado neste ato por seu(sua) Prefeito(a), **ANTONIO TAKASHI SASADA**, doravante designado **MUNICÍPIO**, celebram o presente convênio, que se regerá pela Lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 6.544, de 20 de novembro de 1989, no que couber, e demais normas regulamentares aplicáveis, mediante as cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

Constitui objeto deste convênio a transferência de recursos financeiros destinados à construção de ponte de acesso ao distrito da Roseta, estrada vicinal PGP-161, sobre o rio Capivara, conforme plano de trabalho constante do Processo nº C MIL 550.191/2022.

Parágrafo único - Com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos, o plano de trabalho de que trata o "caput" desta cláusula poderá ser adequado, mediante prévia autorização da COORDENADORIA, fundamentada em manifestação de seu setor técnico, vedada a alteração do objeto ou o acréscimo de valor a ser transferido pelo Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA

Das Obrigações

I - São obrigações da COORDENADORIA:

a) transferir ao MUNICÍPIO os recursos financeiros estipulados na Cláusula Terceira deste instrumento, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, em conta especial vinculada ao fundo municipal junto a uma agência do Banco do Brasil S.A;

b) acompanhar e supervisionar a execução técnica e financeira das atividades objeto deste ajuste;

c) fornecer ao MUNICÍPIO instruções para a prestação de contas dos recursos do convênio;

d) analisar as prestações de contas parciais e final dos recursos aplicados na consecução do objeto deste convênio;

e) indicar representante que será encarregado da fiscalização e controle da execução deste convênio;

f) promover a publicação de extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura;

g) dar ciência da celebração deste ajuste à Assembleia Legislativa e à Câmara Municipal do MUNICÍPIO;

II - São obrigações do MUNICÍPIO:

a) executar, direta ou indiretamente, sob a sua exclusiva responsabilidade, o objeto referido na Cláusula Primeira deste convênio, nos prazos e condições estabelecidos no plano de trabalho;

b) aplicar os recursos transferidos pela COORDENADORIA exclusivamente no objeto deste convênio;

c) na hipótese de o custo da execução do objeto do convênio superar o valor a ser transferido pela COORDENADORIA, assegurar, com recursos próprios, a respectiva complementação;

d) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

e) observar, na contratação dos serviços ou aquisição de bens vinculados à execução do objeto deste convênio, o disposto na Lei federal nº 8.666/93 ou na Lei federal 14.133/21, inclusive os procedimentos definidos na legislação de regência escolhida para os casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, bem assim as disposições relativas a contratos;

f) fazer constar, nos contratos celebrados para execução do objeto do ajuste, cláusula assegurando livre acesso à fiscalização da COORDENADORIA aos locais de execução das obras ou serviços;

g) colocar e conservar uma placa, a partir do início da realização da obra, conforme modelo fornecido pela COORDENADORIA;

h) facilitar a supervisão e a fiscalização da COORDENADORIA, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco, fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação e aos contratos;

i) submeter previamente à COORDENADORIA eventual proposta de alteração de projeto ou do cronograma originalmente aprovados;



j) prestar contas à COORDENADORIA da aplicação dos recursos decorrentes deste convênio, observando o disposto nos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 116 da Lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo do atendimento às normas e diretrizes do Tribunal de Contas do Estado;

k) manter ativado o Sistema Municipal de Defesa Civil, integrando as ações e recursos da comunidade local, na prevenção ou minimização dos problemas causados por eventos desastrosos, enviando, quando da prestação de contas parcial e final, relatórios de atividades da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, ou órgão congênere, das medidas realizadas durante a vigência do convênio;

l) adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste convênio;

m) definir o(s) responsável(is) técnico(s) pela obra, comunicando por escrito e com antecedência mínima de 10 (dez) dias a sua substituição, bem como diligenciar para que seja recolhida a ART (Anotação Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei federal nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, se for o caso;

n) apresentar declaração, assinada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, da reserva de recursos próprios, suficientes para fazer frente à contrapartida, quando ajustada, inclusive a eventuais acréscimos de valor ajustados por meio de aditivos ao presente convênio;

o) quando for o caso, após a assinatura deste instrumento, apresentar nota de empenho no valor da contrapartida, bem como o registro contábil em sistema municipal (empenho global, ordinário ou restos a pagar), que comprove a reserva do valor integral da despesa referente ao convênio;

p) realizar a licitação para execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira no prazo de até 120 dias a partir da assinatura deste instrumento e apresentar, à COORDENADORIA, documentação comprobatória da realização e conclusão do certame.

CLÁUSULA TERCEIRA

Do Valor e dos Recursos

O valor do presente convênio é de **R\$ 2.199.170,23** (dois milhões, cento e noventa e nove mil, cento e setenta reais e vinte e três centavos), cabendo à COORDENADORIA a transferência da quantia de **R\$ 2.089.211,72** (dois milhões, oitenta e nove mil, duzentos e onze reais e setenta e dois centavos), que onerará o elemento econômico 444051 do orçamento da Casa Militar, sendo **R\$ 109.958,51** (cento e nove mil, novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos), de responsabilidade do MUNICÍPIO.

§ 1º - A COORDENADORIA providenciará se necessário, a previsão de dotação nos orçamentos dos exercícios seguintes, para complementação do valor sob sua responsabilidade.

§ 2º - O valor a ser transferido pela COORDENADORIA limita-se ao montante previsto nesta cláusula, ficando ajustado que não haverá, de sua parte, liberação adicional de recursos.

§ 3º - A contrapartida municipal consistirá em [incluir na hipótese de previsão da contrapartida não financeira].

CLÁUSULA QUARTA

Da Utilização dos Recursos

O MUNICÍPIO deverá manter os recursos transferidos pela COORDENADORIA em conta bancária específica, de que trata a Cláusula Terceira, permitindo-se efetuar saques somente para pagamento de despesas previstas no plano de trabalho, mediante cheque nominal ou ordem bancária ao credor ou para aplicação no mercado financeiro na forma do § 1º desta cláusula.

§ 1º - No período correspondente ao intervalo entre a liberação das parcelas e a sua efetiva utilização, deverá o MUNICÍPIO aplicar os recursos transferidos pela COORDENADORIA em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreado em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 2º - Os rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro serão, obrigatoriamente, restituídos à COORDENADORIA, sujeitos às mesmas condições da prestação de contas, não podendo ser computados como contrapartida.

§ 3º - Na hipótese de estipulação de contrapartida financeira, o MUNICÍPIO fica obrigado a utilizar os respectivos recursos, integralmente, em conjunto com o montante da primeira parcela de recursos liberada pela COORDENADORIA.

§ 4º - Caberá MUNICÍPIO arcar, a título de contrapartida, com os custos de eventuais adequações ao plano de trabalho que impliquem acréscimo ao valor originalmente ajustado, responsabilizando-se pela aplicação dos recursos adicionais em conjunto com a parcela de recursos estaduais liberada imediatamente após o correspondente aditamento.

CLÁUSULA QUINTA

Da Glosa das Despesas

É vedada a utilização dos recursos transferidos, pactuados neste convênio, em finalidade diversa da estabelecida pelo plano de trabalho a que se refere este instrumento, bem como para:

- I - satisfação de despesa a título de taxa da administração, de gerência ou similares;
- II - pagamento de gratificação, consultoria ou qualquer espécie de remuneração a servidores que pertençam aos quadros da Administração Pública estadual ou municipal;
- III - quitação de despesas realizadas antes da celebração deste convênio ou após expirado o respectivo prazo de vigência.

CLÁUSULA SEXTA

Da Prestação de Contas

O MUNICÍPIO encaminhará à COORDENADORIA a prestação de contas final dos recursos transferidos, da contrapartida, quando existir, e dos rendimentos apurados em aplicações no

mercado financeiro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do encerramento das obras ou serviços, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, constituída das peças abaixo indicadas, as quais serão encartadas aos autos do processo correspondente para exame por parte do órgão competente:

I - cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, ratificado pela autoridade superior;

II - planilha de acompanhamento contábil-financeiro;

III - cópias das notas fiscais, faturas ou comprovantes das despesas efetuadas, inclusive daquelas suportadas pela contrapartida, se houver;

IV - extrato bancário da conta vinculada ao convênio do período de recebimento dos recursos até o último pagamento efetuado;

V - laudo técnico e planilha de medição emitidos pelo responsável técnico do MUNICÍPIO;

VI - fotos do local comprovando a execução das obras ou serviços;

VII - relatório da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, ou órgão congênere, contendo as informações de que o Sistema Municipal de Defesa Civil, integrando as ações e recursos da comunidade local, na prevenção ou minimização dos problemas causados por eventos desastrosos, esteve ativado durante o período de vigência do convênio.

§ 1º - As faturas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do MUNICÍPIO, consignando no anverso o número deste convênio.

§ 2º - Na hipótese de haver estipulação de contrapartida financeira, o MUNICÍPIO deverá, ainda, apresentar liquidação ou ordem de pagamento que permita verificar a realização da despesa no objeto deste convênio, nos termos do artigo 62 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 3º - Verificada não conformidade da prestação de contas apresentada, o MUNICÍPIO será notificado para, em 30 (trinta) dias, sanar as irregularidades constatadas.

CLÁUSULA SÉTIMA

Da Liberação dos Recursos

Os recursos de responsabilidade da COORDENADORIA serão transferidos parceladamente ao MUNICÍPIO, em conformidade com o cronograma físico-financeiro que faz parte integrante deste convênio.

CLÁUSULA OITAVA

Da Rescisão e da Denúncia

Este convênio poderá, a qualquer tempo, ser denunciado por desinteresse de qualquer dos partícipes, mediante notificação prévia, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e será rescindido por infração legal ou das cláusulas ora pactuadas.

[Assinatura]

Parágrafo único - Em caso de rescisão ficará o MUNICÍPIO impedido de receber novos auxílios até que proceda à respectiva regularização.

CLÁUSULA NONA

Da Restituição dos Recursos

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste instrumento, o MUNICÍPIO, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, é obrigado a recolher à conta do Tesouro Estadual:

- I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros transferidos;
- II - o valor total transferido, acrescido da remuneração da caderneta de poupança desde a data de recebimento, quando:
 - a) não for executado o objeto da avença;
 - b) não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas final ou, eventualmente, a prestação de contas parcial, ou, ainda, quando a prestação apresentada não for aprovada;
 - c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste convênio;
- III - o valor da contrapartida, se houver, quando não comprovada sua aplicação na consecução do objeto conveniado.

CLÁUSULA DÉCIMA

Da Publicação

A eficácia deste termo de convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, nos termos do disposto no parágrafo único, do artigo 61, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Vigência

O presente convênio vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua assinatura.

Parágrafo único – O prazo de que trata o “caput” desta cláusula poderá ser prorrogado, mediante justificativa fundamentada e celebração de termo de aditamento, com prévia anuência da COORDENADORIA, observado o limite máximo de vigência de 60 (sessenta) meses.

[Assinatura]

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Do Foro

Fica eleito o Foro da Capital do Estado para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste convênio.

E, por estarem de acordo com suas cláusulas e condições, firmam o presente convênio em

São Paulo, 9 de junho de 2022.



ANTONIO TAKASHI SASADA


Prefeito de Paraguaçu Paulista



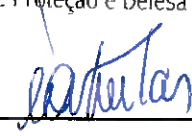
HENGUEL RICARDO PEREIRA

Coronel PM Secretário Chefe da Casa Militar
Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil

Testemunhas:



1. MICHELE SANT'ANNA CORDEIRO DAS NEVES
Sgt PM Divisão de Recuperação
Departamento de Proteção e Defesa Civil/SP



2. CINTIA C. NERY DE FREITAS DA HORA
Cap PM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA MILITAR
COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

ÓRGÃO CONCESSOR: Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil

ÓRGÃO BENEFICIÁRIO: Prefeitura do Município de **Paraguaçu Paulista**

NÚMERO DO CONVÊNIO: **CMIL – 040/630/2022**

TIPO DE CONCESSÃO: Auxílio, Subvenção ou Contribuição.

VALOR REPASSADO: **R\$ 2.089.211,72**

EXERCÍCIO: **2022**

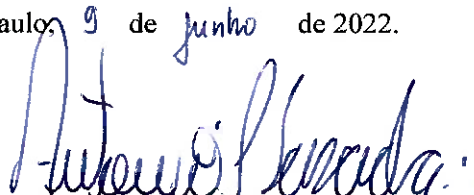
Pelo presente TERMO damo-nos por NOTIFICADOS para o acompanhamento dos atos da tramitação do correspondente processo no Tribunal de Contas até seu julgamento final e conseqüente publicação, e se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

São Paulo, 9 de junho de 2022.

HENGUEL RICARDO PEREIRA

Coronel PM Secretário Chefe da Casa Militar
Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil


ANTÔNIO TAKASHI SASADA
Prefeito de Paraguaçu Paulista



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

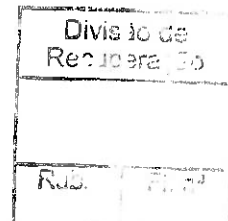
PLANO DE TRABALHO 1/3

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão Proponente PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA -SP			C.N.P.J. 44.547.305/0001-93	
Endereço Av. SIQUEIRA CAMPOS 1430 - CENTRO				
Cidade PARAGUAÇU PAULISTA	U.F. SP	CEP 19.703-061	DDD/Telefone (18) 33619100	
Banco BRASIL	Agência 105-8		Conta-Corrente 34.792-2	
Nome do Responsável ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN) – Contato - (18) 33619105				
Cargo PREFEITO		CPF 099.786.208-42	RG 18.347.608-6 – SSP - SP	

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Identificação do Objeto CONSTRUÇÃO DA PONTE DE ACESSO AO DISTRITO DA ROSETA
Período de Execução: 06 MESES
Início: Após a assinatura do Convênio. Término: 180 dias.
Justificativa da Proposição A PONTE SOBRE O RIBEIRÃO CAPIVARA, COM ACESSO AO DISTRITO DA ROSETA, À CIDADE DE MARACÁI, ÀS USINAS DE ACUÇAR E ÁLCOOL, ALÉM DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE TODA A REGIÃO, CONTA COM APENAS UMA FAIXA DE RODAGEM (UM VEÍCULO DE CADA VEZ). COM ESTA CONFIGURAÇÃO, HÁ RELATOS DE VÁRIOS ACIDENTES DE TRANSITO NO LOCAL DEVIDO AO ALTO TRÁFEGO DE VEICULOS LEVES E PESADOS. CONSTRUÍDA NA DÉCADA DE 1980, A PONTE EM CONCRETO ARMADO APRESENTA PONTOS DE CORROSÃO EM SUA ESTRUTURA. COM ESTA SITUAÇÃO A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA PROPÕE A DEMOLIÇÃO DA PONTE EXISTENTE E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA PONTE COM DUAS FAIXAS DE RODAGEM, ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES E ANCEIOS DOS USUÁRIOS DA REGIÃO.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

PLANO DE TRABALHO 2/3

3 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa	Especificação	Indicador Físico	
			Unidade	Quantidade
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	CONFECCAO, MONTAGEM E INSTALACAO DE PLACA INSTITUCIONAL	m ²	6,00
		LIMP.TERRENO C/DEST.ARV.PERIMETRO<=78CM	m ²	1350,00
		RASPAGEM DO TERRENO	m ²	1350,00
		CARGA DE MATERIAL LIMPEZA	m ³	270,00
		TRANSPORTE MATERIAL DE LIMP.ALEM DE 1 KM	m ³ *km	1620,00
		Locação de obra de edificação	m ²	1350,00
		GRUPO GERADOR PORTATIL 7KVA COND. D	hora	720,00
		Locação de container tipo alojamento - área mínima de 13,80 m ²	UNMES	6,00
		Banheiro químico modelo Standard, com manutenção conforme exigências da CETESB	UNMES	6,00
		Projeto executivo de estrutura em formato A1	UN	6,00
2	INFRAESTRUTURA	Esgotamento de águas superficiais com bomba de superfície ou submersa	HPXh	270,00
		ENSECADEIRA COM SACOS DE AREIA	m ³	120,00
		ESCAV.FUND.DENTRO ENSEC.SEM EXPL.ATE 3M	m ³	84,14
		ESCAVACAO E CARGA DE MATERIAL DE 1/2A CATEGORIA	m ³	84,14
		COMPACTACAO MANUAL,REATERRO SOLO LOCAL	m ³	58,92



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

		ENCHIMENTO DE VALA COM PEDRA BRITADA 3E4	m3	2,16
		CONCRETO FCK 25 MPA	m3	28,80
		BARRA DE ACO CA-50	kg	2304,00
		FORMA PLANA P/CONCRETO COMUM	m2	205,20
3	SUPERESTRUTURA	Pilares		
		CONCRETO FCK 35 MPA	m³	4,86
		BARRA DE ACO CA-50 (pilares)	kg	486,00
		BARRA DE ACO CA-60 (pilares)	kg	121,50
		FORMA PLANA PARA CONCRETO APARENTE (pilares)	m²	42,77
		Vigas		
		CONCRETO FCK 35 MPA (vigas)	m³	67,39
		BARRA DE ACO CA-50 (vigas)	kg	6468,99
		BARRA DE ACO CA-60 (vigas)	kg	1617,25
		FORMA PLANA PARA CONCRETO APARENTE (vigas)	m²	92,36
		FORMA PLANA PARA CONCRETO COMUM caixão perdido (vigas)	m²	508,45
		CIMB.DE PASSAGEM SECUND. E GALERIA RET.	m³	2520,00
		Lajes		
		CONCRETO FCK 35 MPA (lajes)	m³	126,00
		BARRA DE ACO CA-50 (lajes)	kg	12.096,00
		BARRA DE ACO CA-60 (lajes)	kg	3.024,00
		FORMA PLANA PARA CONCRETO APARENTE (lajes)	m²	25,20
		Paredes Cabeceiras (cortinas e alas)		
		BROCA DE CONTRETO ARMADO D=30CM	m	64,00
		ESCAVACAO E CARGA MATERIAL 3 CATEGORIA	m³	274,96
		COMPACTACAO MANUAL C/REATERRO SOLO LOCAL	m³	6,95
		CONCRETO FCK 35 MPA (cortinas e ala)	m³	65,84
		BARRA DE ACO CA-50 (CORTINAS E ALA)	kg	5267,20
		BARRA DE ACO CA-60 (cortinas e ala)	kg	1316,80



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

		FORMA PLANA PARA CONCRETO APARENTE (cortinas e ala)	m ²	278,96
		CONCRETO FCK 35 MPA (sapata corrida)	m ³	29,60
		BARRA DE ACO CA-60 (sapata corrida)	kg	2368,00
		Muretas		
		GUARDA CORPO METALICO DE PASSARELA H=0,90M, CONFORME PP-DEC04/029.	m	60,00
		PINTURA A BASE DE ESMALTE SINTETICO 3 DEMAOS, SENDO UMA DEMAIO FUNDO OXIDO FERRO	m ²	60,00
		BARREIRA RIGIDA DE CONCRETO ARMADO SIMPLES ALTA NBR 14.885	m	60,00
4	ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS E CONTENÇÕES	ESCAVACAO E CARGA MATERIAL 3 CATEGORIA	m ³	144,32
		COMPACTACAO MANUAL C/REATERRO SOLO LOCAL	m ³	48,11
		GABIAO TIPO CAIXA,ZN90/AL10,NBR 8964,H=0,50 M	m ³	116,25
		REVEST.POLI.ABRASAO MENOR QUE 09%		
		CONCRETO FCK 25 MPA	m ³	3,96
		CARGA DE MATERIAL LIMPEZA	m ³	144,32
		TRANSPORTE DE SOLO MOLE ATE 2 KM	m ³	144,32
		COMPACTACAO DE ATERRO MAIOR/IGUAL 95% PS	m ³	144,32
		ENROCAMENTO PEDRA ARRUMADA	m ³	17,38
5	PAVIMENTAÇÃO	DEMOLICAO PAV.RIG.INCL.TRANSP. ATE 1 KM	m ³	44,80
		REMOCAO,CARGA E TRANSP.ENTULHO EM GERAL	txkm	537,60
		FRESAGEM CONTINUA DE PAV., INDEPENDENTE DA ESPESSURA	m ³	43,52
		LIMP.TERRENO		
		C/DEST.ARV.PERIMETRO<=78CM	m ²	2020,60
		ESCAVACAO E CARGA DE MATERIAL DE 1/2A CATEGORIA	m ³	404,12
		ESPALH.ADENS.MATERIAL DE FUND.DE ATERRO	m ³	404,12
		COMPACTACAO DE ATERRO MAIOR/IGUAL 95% PS	m ³	404,12
		REFORCO DE SUB-LEITO COMPACT 100% EN	m ³	404,12
		SUB-BASE OU BASE BRITA GRAD.SIMPLES	m ³	110,00



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

		IMPRIMADURA BET.IMPERMEABILIZANTE	m ²	2591,56
		IMPRIMADURA BETUMINOSA LIGANTE	m ²	2591,56
		CAMADA DE ROLAMENTO CBUQ - PANOS S/DOP	m ³	76,50
		CANAleta CONCRETO 60CM	m	450,00
		CONCRETO FCK 25 MPA	m ³	15,12
		GRAMA EM PLACA COM ADUBO	m ²	900,00
6	SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA	LIMPEZA AREAS EXT.PISOS PAV.E TERRA	m ²	152,00
		SINAL.HORIZ.PLAST.FRIO BASE DE RES. METACRIL. REATIVAS, DISP. ESTRUT.APLIC. MEC. FORN.TRANS.INST.DE DEFENSA METÁLICA NBR 15486 H1 A W4 SIMPLES.	m ²	52,00
			m	40,00
7	DEMOLIÇÃO DA PONTE EXISTENTE	DEMOLICAO E RETIRADA DE GUARDA-CORPO	m ³	1,20
		DEMOLICAO OBRAS DE CONCRETO ARMADO	m ³	137,37
		REMOCAO,CARGA E TRANSP.ENTULHO EM GERAL	txkm	137,37

4. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 2.199.170,23	R\$ 2.089.211,72	R\$ 109.958,51
TOTAL GERAL		R\$ 2.199.170,23		

PLANO DE TRABALHO 3/3

5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

5.1 CONCEDENTE

Meta	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês
1 a 7	R\$ 557.290,62	R\$ 765.960,55	R\$ 765.960,55	
Total	R\$ 557.290,62	R\$ 765.960,55	R\$ 765.960,55	



Divisão de Recuperação	
RUB.	FL. nº

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

5.2 PROPONENTE

Meta	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês
	R\$ 109.958,51			
Total	R\$ 109.958,51			

6. ASSINATURA DO PROPONENTE

<p>Paraguaçu Paulista-SP, 8 de Abril de 2022. Local e data</p>	<p>ASSINADO DIGITALMENTE ANTONIO TAKASHI SASADA <small>A certificação (CPF) e assinatura pode ser verificada em: https://www.pro.gov.br/assinador-digital</small></p> <p>ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN) Prefeito Municipal</p>
--------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

7. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

<p>Local e data _____ de _____ de 2022.</p>	<p>HENGUEL RICARDO PEREIRA Coronel PM Secretário-Chefe da Casa Militar Concedente</p>
---------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------

**D
E
F
E
S
A

C
I
V
I
L**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA MILITAR
COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



MANUAL PARA
PRESTAÇÃO DE CONTAS

2022

HENGUEL RICARDO PEREIRA

Coronel PM Secretário-Chefe da Casa Militar
Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Departamento de Proteção e Defesa Civil

Divisão de Recuperação

Av. Morumbi nº 4500, sala 10, bairro Morumbi

CEP: 05650 000 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 2193-8310 / 8312 /8968

NOTA INTRODUTÓRIA

Tão importante quanto a execução do objeto conveniado é a prestação de contas, tempestivamente, de forma que o órgão concessor do recurso, neste caso, a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC/SP), possa aferir a legalidade dos atos praticados e comprovar o efetivo cumprimento do convênio.

Observa-se, muitas vezes, que as falhas nos processos de prestação de contas acontecem por simples desconhecimento dos procedimentos e regras que permeiam a gestão dos recursos estaduais recebidos. E como consequência podem impedir a liberação de novas parcelas e, em alguns casos, culminar com a rejeição das contas e instauração de tomada de contas especial, a ser julgada pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Este manual tem por finalidade explicitar as normas de prestação de contas que integram o conjunto de obrigações assumidas pelo Município, no ajuste celebrado, em obediência à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos), ao Decreto nº 57.905, de 23 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 65.643/21, de 19 de abril de 2021, que autoriza a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil a representar o Estado na celebração de convênios com os municípios paulistas, bem como o Decreto nº 59.215, de 21 de maio de 2013, alterado pelo Decreto nº 62.032, de 17 de junho de 2016, e pelo Decreto nº 64.757, de 24 de janeiro de 2020.

Para consulta ou *download* deste manual, acesse o Portal de Convênios em www.defesacivil.sp.gov.br

1. AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA OBRA

A autorização para início da obra será concedida depois de demonstrada, por parte do município, a contratação da empresa fornecedora dos materiais ou executora dos serviços referentes ao objeto do convênio e deve ser solicitada por meio dos seguintes documentos:

1.1. ofício de solicitação da liberação para iniciar a obra, **assinado pelo próprio Prefeito**, contendo os anexos abaixo discriminados, conforme **modelo 1** (pág. 12);

1.2. publicação do ato de homologação e adjudicação da licitação realizada, ou de dispensa ou inexigibilidade do procedimento licitatório (situação esta também devidamente homologada pelo Prefeito);

1.3. cópia do contrato assinado com a empresa contratada;

1.4. planilha de proposta de preços da empresa vencedora;

1.5. publicação do extrato do contrato;

1.6. anotação de responsabilidade técnica (ART) referente à execução da obra;

1.7. apresentar nota de empenho, quando for o caso, no valor da contrapartida, bem como o registro contábil em sistema municipal (empenho global, ordinário ou restos a pagar), que comprove a reserva do valor integral da despesa referente ao convênio nos termos da cláusula segunda, item II, letra o, do Termo de Convênio;

1.8. projeto executivo, devidamente analisado e aprovado pelo responsável técnico da prefeitura, com carimbo, data e assinatura (quando cabível, pois há obras que não exigem projeto executivo);

1.9. apresentar manifestação do DAEE da dispensa de outorga, quando for o caso.

2. LIBERAÇÃO DA(S) PARCELA(S)

2.1. Ofício de encaminhamento

Assinado pelo **próprio Prefeito**, contendo os anexos abaixo discriminados, conforme **modelo 2** (pág. 13); fazendo-se ainda constar eventuais problemas acompanhados das correspondentes justificativas e documentação comprobatória;

2.2. Laudo técnico e planilha de medição

Emitidos pelo engenheiro responsável técnico da prefeitura (pessoa que deve acompanhar fisicamente a execução do objeto conveniado), indicando a

medição de cada etapa concluída (períodos e estágios de execução dos serviços), obedecendo-se aos respectivos projetos aprovados, fases de execução, cronogramas de desempenho, bem como memoriais e/ou especificações técnicas.

O responsável técnico da prefeitura deve adotar uma das modalidades abaixo discriminadas para administrar a execução da obra.

2.2.1. Administração indireta

Contratação de terceiros para executar o objeto **modelo 5** (pág. 17).

A planilha de medição é complementar ao laudo técnico e deve ser emitida pelo responsável técnico da prefeitura, conforme **modelo 6** (pág. 18).

2.2.2. Administração direta

A prefeitura adquire os materiais e utiliza meios próprios para executar o objeto **modelo 7** (pág. 19).

A planilha de medição é complementar ao laudo técnico e deve ser emitida pelo responsável técnico da prefeitura, conforme **modelo 6** (pág. 18).

2.3. Da contrapartida

A contrapartida municipal obedecerá ao contido no artigo 2º do Decreto nº 57.905, de 23 de março de 2012.

“Artigo 2º - A contrapartida dos Municípios, quando couber, será fixada na seguinte conformidade:

I - Municípios com população superior a 150.000 habitantes: 20% (vinte por cento) do valor total do ajuste;

II - Municípios com população superior a 50.000 habitantes e igual ou inferior a 150.000 habitantes: 10% (dez por cento) do valor total do ajuste;

III - Municípios com população igual ou inferior a 50.000 habitantes: 5% (cinco por cento) do valor total do ajuste.”

Se a prefeitura utilizar serviços/recursos próprios para a execução do objeto, deve ser utilizado o **modelo 8** (pág. 20), a fim de demonstrar sua contrapartida.

2.4. Fotos para comprovar a execução das obras

Devem ser incluídas fotos que demonstrem a execução do objeto, bem como os materiais adquiridos, de acordo com a etapa da obra.

2.5. Nota de empenho da contrapartida

A contrapartida municipal será executada integralmente na primeira parcela (conforme § 3º da Cláusula Quarta do Termo de Convênio), portanto coincidindo com a liberação de início de obra e obedecerá ao contido no

parágrafo único, cláusula segunda, item II, letra o, do Decreto nº 65.643, de 19 de abril de 2021.

"II - São obrigações do MUNICÍPIO:

o) quando for o caso, após a assinatura deste instrumento, apresentar nota de empenho no valor da contrapartida, bem como o registro contábil em sistema municipal (empenho global, ordinário ou restos a pagar), que comprove a reserva do valor integral da despesa referente ao convênio."

3. DOCUMENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A liberação da parcela seguinte está vinculada à correta prestação de contas da anterior e deve ser solicitada por meio dos seguintes documentos:

3.1. Ofício de encaminhamento da prestação de contas

Assinado pelo **próprio Prefeito**, contendo os anexos abaixo discriminados, conforme **modelo 3** (pág. 14); fazendo-se ainda constar eventuais problemas acompanhados das correspondentes justificativas e documentação comprobatória;

3.2. Planilha de acompanhamento contábil-financeiro

Devidamente preenchida, em conformidade com as correspondentes notas fiscais, faturas ou comprovantes das despesas, assinada pelo gestor do convênio e pelo Prefeito, conforme **modelo 4** (pág. 16);

A prefeitura deverá se atentar a todos os campos do formulário, com atenção especial aos itens "Saldo anterior" e "Rendimentos de aplicações financeiras", em destaque:

3.2.2.1. No exemplo, verifica-se que houve rendimento líquido de R\$ 0,69. O rendimento decorreu do juros da aplicação de R\$ 3.291,11, naquele período.

3.3. Comprovantes das despesas

Cópias das notas fiscais, faturas ou comprovantes das despesas efetuadas inclusive da contrapartida, bem como das guias dos impostos recolhidos (ISS, IRRF e INSS), e de eventuais empenhos, programa de desembolso e ordens bancárias; devendo ainda constar o número do convênio celebrado, de acordo com a cláusula sexta do convênio.

3.4. Extratos bancários

Os extratos bancários da conta vinculada ao convênio e das aplicações no mercado financeiro devem partir da data do primeiro crédito, efetuado pela Coordenadoria, até o saldo do último dia a que se refere a prestação de contas, de modo que a sequência dos extratos bancários apresentados abranja toda a movimentação ocorrida na conta corrente.

As aplicações devem estar de acordo com o contido no § 4º, do artigo 116, da Lei nº 8.666/93, e no § 1º da cláusula quarta do convênio:

“§ 4º Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.”

3.5. Laudo técnico e planilha de medição

Emitidos pelo engenheiro responsável técnico da prefeitura (pessoa que deve acompanhar fisicamente a execução do objeto conveniado), indicando a medição de cada etapa concluída (períodos e estágios de execução dos serviços), obedecendo-se aos respectivos projetos aprovados, fases de execução, cronogramas de desempenho, bem como memoriais e/ou especificações técnicas.

O responsável técnico da prefeitura deve adotar uma das modalidades abaixo discriminadas para administrar a execução da obra.

3.5.1. Administração indireta

Contratação de terceiros para executar o objeto **modelo 5** (pág. 17).

A planilha de medição é complementar ao laudo técnico e deve ser emitida pelo responsável técnico da prefeitura, conforme **modelo 6** (pág. 18).

3.5.2. Administração direta

A prefeitura adquire os materiais e utiliza meios próprios para executar o objeto **modelo 7** (pág. 19).

A planilha de medição é complementar ao laudo técnico e deve ser emitida pelo responsável técnico da prefeitura, conforme **modelo 6** (pág. 18).

3.6. Comprovantes da contrapartida

Se a prefeitura utilizar serviços/recursos próprios para a execução do objeto, deve ser utilizado o **modelo 8** (pág. 20), a fim de demonstrar a utilização da sua contrapartida.

3.7. Fotos para comprovar a execução das obras

Devem ser incluídas fotos que demonstrem a execução do objeto, bem como os materiais adquiridos, de acordo com a etapa da obra.

4. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

4.1. Autorização para o início das obras

A autorização para o início das obras (documento imprescindível) **somente** será expedida pela Coordenadoria depois de **ratificada** (por técnicos da Defesa Civil) **a aprovação** do projeto executivo encaminhado (já devidamente analisado pelo responsável técnico da prefeitura).

Apenas depois disso, o município poderá emitir a ordem para o efetivo início das obras à empresa contratada. Cópia dessa **ordem de serviço**, com o devido “recebido” da empresa, deverá ser encaminhada à Coordenadoria, por meio de ofício **assinado pelo Prefeito**.

4.2. Liberação de parcelas

Importante ressaltar que as parcelas do convênio serão liberadas em conformidade com o § 3º, incisos I, II e III, do artigo 116, da Lei nº 8.666/93, e o § 2º, do artigo 11, do Decreto nº 59.215/16 (dispositivo este incluído por meio do Decreto nº 62.032/16, alterado pelo Decreto nº 64.757/20), bem como com a cláusula sexta do convênio:

“ § 3º As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive

mediante procedimento de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrante do respectivo sistema de controle interno.”

E “§ 2º - Nos casos previstos no § 2º do artigo 8º deste decreto, a liberação dos recursos, considerado o valor total destes, observará o seguinte:

- 1. até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em parcela única, em seguida à expedição da ordem de serviço;*
- 2. acima de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em até duas parcelas, transferindo-se a última após a aprovação da prestação de contas atinente à primeira e observado, no que couber, o item 1 deste parágrafo;*
- 3. nos demais casos, em mais de duas parcelas, conforme estipular o respectivo instrumento, observados os itens 1 e 2 deste parágrafo.”; (NR).*

4.3. Restituição de Recursos

O município deverá devolver os recursos transferidos conforme **Clausula Nona** do Convênio:

“Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste instrumento, o MUNICÍPIO, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, é obrigado a recolher à conta do Tesouro Estadual:

- I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros transferidos;*
- II - o valor total transferido, acrescido da remuneração da caderneta de poupança desde a data de recebimento, quando:*
 - a) não for executado o objeto da avença;*
 - b) não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas final ou, eventualmente, a prestação de contas parcial, ou, ainda, quando a prestação apresentada não for aprovada;*
 - c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste convênio;*
- III - o valor da contrapartida, se houver, quando não comprovada sua aplicação na consecução do objeto conveniado.”*

A devolução do recurso deverá ser efetuada por meio de depósito identificado com o CNPJ da Prefeitura, no Banco do Brasil, ag. 1897-x, conta 18206-0, (Casa Militar 00.000.368/0001-50 – Gabinete do Governador).

4.4. Prazos

O MUNICÍPIO encaminhará à COORDENADORIA a prestação de contas final dos recursos transferidos, da contrapartida, quando existir, e dos rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do encerramento das obras ou serviços, em conformidade com o cronograma físico-financeiro.

Verificada não conformidade da prestação de contas apresentada, o MUNICÍPIO será notificado para, em 30 (trinta) dias, sanar as irregularidades constatadas.

MODELO 1

(usar papel timbrado da prefeitura)

.....de.....de

OFÍCIO Nº.....

Senhor Coordenador,

Cumprimentando-o(a) cordialmente, encaminho anexa a documentação abaixo indicada, referente à contratação da obra, objeto do convênio nº CMil -/...../....., e **solicito a liberação para o início da obra**, conforme plano de trabalho aprovado:

a) publicação do ato de homologação e da adjudicação da licitação realizada (ou do ato de dispensa ou inexigibilidade do procedimento licitatório, devidamente homologado);

b) planilha de proposta de preços da empresa vencedora;

c) publicação do extrato do contrato;

d) anotação de responsabilidade técnica (ART), referente à execução da obra;

e) depósito, quando exigível, da contrapartida na conta bancária específica do convênio, em conformidade com o previsto no cronograma físico-financeiro e de desembolso nos termos da cláusula segunda, item II, letra n; e

f) projeto executivo, devidamente analisado e aprovado pelo responsável técnico da prefeitura, com carimbo, data e assinatura (quando cabível, pois há obras que não exigem projeto executivo); e

g) cópia do contrato assinado com a empresa contratada.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

.....
Prefeito do Município de

A Sua Senhoria, o Senhor

.....
Coordenador de Proteção e Defesa Civil

MODELO 2

(usar papel timbrado da prefeitura)

.....de.....de

OFÍCIO Nº.....

Senhor Coordenador,

Em obediência às instruções da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, solicito de Vossa Senhoria a **liberação de parcela** dos recursos do Estado, em razão do convênio nº CMil -/...../....., composta dos seguintes documentos:

- a) planilha de medição;
- b) extratos bancários da conta vinculada ao convênio comprovando o depósito da contrapartida;
- c) laudo técnico emitido pelo engenheiro responsável da Prefeitura; e
- d) fotos do local comprovando a execução da obra e/ou materiais adquiridos.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

.....

Prefeito do Município de

A Sua Senhoria, o Senhor

.....

Coordenador de Proteção e Defesa Civil

MODELO 3

(usar papel timbrado da prefeitura)

.....de.....de

OFÍCIO Nº.....

Senhor Coordenador,

Em obediência às instruções da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, encaminho a Vossa Senhoria a **prestação de contas**, referente a parcela proveniente dos recursos repassados pelo Estado, em razão do convênio nº CMil -/...../....., composta dos seguintes documentos:

- a) planilha de acompanhamento contábil-financeiro e cópias das correspondentes notas fiscais e/ou faturas;
- b) extratos bancários da conta vinculada ao convênio e das aplicações no mercado financeiro, referentes ao período de/...../..... a/...../.....;
- c) laudo técnico emitido pelo engenheiro responsável da Prefeitura;
- d) fotos do local comprovando a execução da obra e/ou materiais adquiridos; e
- e) planilha de medição.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

.....
Prefeito do Município de

A Sua Senhoria, o Senhor

.....

Coordenador de Proteção e Defesa Civil

LEITURA DA PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL-FINANCEIRO

01. Saldo anterior dos recursos do Estado (especificar a data).
02. Parcela a que se refere a prestação de contas (especificar qual parcela).
03. Rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos recursos disponíveis do Estado (especificar o período).
04. Total dos recursos do Estado .
05. Total dos pagamentos efetuados com os recursos do Estado (igual ao campo 20).
06. Saldo bancário atual (especificar a data).
07. Soma dos pagamentos com o saldo bancário (5 + 6).
08. Total dos recursos da prefeitura reservado para o objeto do convênio.
09. Total dos recursos da prefeitura aplicado no objeto do convênio, no período (valor demonstrado na nota fiscal, igual ao campo 21).
10. Registrar o nome do credor constante do título de crédito.
11. Indicar o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do credor, ou o CPF (se for pessoa física).
12. Número da nota fiscal ou fatura.
13. Data da emissão do documento fiscal.
14. Valor total da nota fiscal ou fatura.
15. Número do cheque ou ordem bancária da conta vinculada ao convênio pago(a) ao fornecedor.
16. Data da emissão do cheque ou ordem bancária da conta vinculada ao convênio.
17. Valor pago com os recursos do Estado.
18. Valor pago com recursos da contrapartida.
19. Valor total das notas fiscais ou faturas.
20. Valor total pago com os recursos do Estado.
21. Valor total pago com recursos do Município.
22. Soma do total pago pelo município à empresa contratada em razão de liberação de parcela.

PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL-FINANCEIRO

Convenio nº: _____ Valor da parcela: R\$ _____

Prestação de contas referente a: (nº da Parcela)
Valor da parcela: R\$

CREDOR	CNPJ	NF/FAT Nº	DATA	VALOR R\$ TOTAL NF	CH/OB Nº	DATA	VALOR R\$ ESTADO	VALOR R\$ MUNICÍPIO
(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)
TOTAL				(19)			(20)	(21)

Data: / /

nome e assinatura do Prefeito

MODELO 5

(usar papel timbrado da prefeitura)

LAUDO TÉCNICO

Referência: contrato nº.....

Processo nº..... Convite/Tomada de Preços nº.....

Obra/local:

Anexo: Planilha de Medição,

Eu....., Engenheiro Civil, portador do CREA/SP nº....., nomeado responsável técnico da Prefeitura do Município de, para acompanhamento do objeto do convênio nº CMil -, efetuei vistoria *in loco* e atesto a execução dos serviços constantes daª medição, período: a, que estão em conformidade com o projeto e cronograma aprovados, bem como com os memoriais e especificações.

Assim sendo, meu parecer é favorável ao pagamento no valor de R\$..... (.....), que perfaz um percentual acumulado de% da obra. (tal percentual deve ser igual ao contido no campo “**medição acumulada**” da planilha de medição)

.....
Engenheiro Civil – CREA/SP nº.....

PLANILHA DE MEDIÇÃO

18

Valor da medição
R\$ 00,00 (.....reais)

MODELO 7

(usar papel timbrado da prefeitura)

LAUDO TÉCNICO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Referência: convênio nº CMil - / /

Obra/local:

Eu,, Engenheiro Civil, portador do CREA/SP nº....., nomeado responsável técnico da Prefeitura do Município de, para acompanhamento do objeto do conveniado, efetuei vistoria *in loco* e atesto que os materiais adquiridos, constantes das notas fiscais abaixo discriminadas, foram utilizados na obra, em conformidade com o projeto aprovado, memoriais e especificações.

NOTA FISCAL	DISCRIMINAÇÃO DOS MATERIAIS	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL =====>				

.....
Engenheiro Civil – CREA/SP nº.....

MODELO 8

(usar papel timbrado da prefeitura)

LAUDO TÉCNICO DE CONTRAPARTIDA

Referência: convênio nº CMil -/..../....

Obra/local:

Eu,, Engenheiro Civil, portador do CREA/SP nº, nomeado responsável técnico da Prefeitura do Município de, para acompanhamento do objeto conveniado, atesto, para fins de contrapartida, que a administração municipal utilizou recursos próprios, na execução do objeto conveniado, conforme tabela abaixo.

DISCRIMINAÇÃO DOS MATERIAIS	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL =====>			

.....
Engenheiro Civil – CREA/SP nº.....

PROBLEMAS RECORRENTES NA GESTÃO DE CONVÊNIOS

	FATO	DISPOSITIVO	COMO PROCEDER
1.	Alteração das características do projeto.	- letra "i", item II, da cláusula segunda do termo de convênio.	- Solicitar autorização da CEPDEC, devidamente fundamentada, juntando a documentação técnica correspondente. - Aguardar a aprovação da CEPDEC.
2.	No caso de administração direta, a aquisição do material, de maneira inconsistente com os quantitativos constantes do projeto aprovado.	- letra "a", item II, da cláusula segunda do termo de convênio.	- Corrigir os quantitativos dos materiais, de acordo com o projeto aprovado.
3.	Fracionamento do objeto, para fins de dispensa de licitação, ou para uso de modalidade de licitação diferente da previsto para o conjunto da obra.	- letra "e", item II, da cláusula segunda do termo de convênio. - § 5º, artigo 23, da Lei nº 8.666/93. - condicionantes: itens I e II, artigo 24, da Lei nº 8.666/93.	- Utilizar modalidade constante dos itens I e II, do artigo 23, da Lei nº 8.666/93.
4.	Prorrogação de prazo	- parágrafo único, cláusula décima primeira do termo de convênio.	- Solicitar prorrogação do prazo à CEPDEC, devidamente fundamentada, com antecedência mínima de 20 dias antes do término da vigência do convênio.
5.	Não aplicar os recursos financeiros decorrentes do convênio, enquanto não utilizados para pagamento das despesas realizadas.	- § 1º, cláusula quarta, do termo de convênio. - § 4º, artigo 116, da Lei nº 8.666/93.	- Calcular o montante referente ao período em que os recursos não foram aplicados e efetuar depósito na conta indicada pela CEPDEC.

REDUÇÃO E AMPLIAÇÃO - SEGUIR PROPORÇÃO 6,0 x 3,0 m

REDUÇÃO MÁXIMA: 3,0 x 1,5 m



Observação

Início da obra de acordo com a ordem de serviço

Prazo observar o cronograma físico financeiro

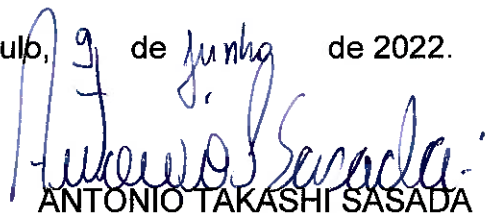


RECIBO

Recebi os documentos abaixo enumerados, referente ao convênio celebrado entre a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil e o município de **Paraguaçu Paulista**.

1. Termo de Convênio nº **CMil - 040/630/2022**;
2. Termo de Ciência e Notificação;
3. Plano de Trabalho;
4. Manual de Prestação de Contas; e
5. Modelo da placa da Obra.

São Paulo, 9 de junho de 2022.


ANTONIO TAKASHI SASADA

Prefeito de Paraguaçu Paulista



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista - SP
Planilha Orçamentária - Construção - Duplicação da ponte de acesso ao Distrito da Roseta

Obra: CONSTRUÇÃO DA PONTE DE ACESSO AO DISTRITO DA ROSETA (Rio Capivara)

Local: ESTRADA VICINAL PGP - 161 - PONTE SOBRE O RIO CAPIVARA - DISTRITO DA ROSETA - PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Base: DER - TABELA DE PREÇOS UNITÁRIOS DESONERADOS - Data de Referência: 31/03/2021

Data: ABRIL DE 2022

Ítem	Base Serviços	Códigos Serviços	Descrição dos Serviços	Um	Quant.	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1			SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	DER	28.08.01.01.99	CONFECCAO, MONTAGEM E INSTALACAO DE PLACA INSTITUCIONAL	m2	6,00	R\$ 284,02	R\$ 1.704,12
1.2	DER	22.01.02.99	LIMP.TERRENO C/DEST.ARV.PERIMETRO<=78CM	m2	1350,00	R\$ 1,01	R\$ 1.363,50
1.3	DER	22.01.06.99	RASPAGEM DO TERRENO	m2	1350,00	R\$ 0,90	R\$ 1.215,00
1.4	DER	22.02.06.99	CARGA DE MATERIAL LIMPEZA	m3	270,00	R\$ 4,04	R\$ 1.090,80
1.5	DER	22.03.12.99	TRANSPORTE MATERIAL DE LIMP.ALEM DE 1 KM	m3*km	1620,00	R\$ 5,57	R\$ 9.023,40
1.6	CDHU/185	02.10.020	Locação de obra de edificação	M2	1350,00	R\$ 13,76	R\$ 18.576,00
1.7	DER	72.31.06.99.04	GRUPO GERADOR PORTATIL 7KVA COND. D	hora	720,00	R\$ 18,57	R\$ 13.370,40
1.8	CDHU/185	02.02.120	Locação de container tipo alojamento - área mínima de 13,80 m²	UNMES	6,00	R\$ 695,99	R\$ 4.175,94
1.9	CDHU/185	02.01.180	Banheiro químico modelo Standard, com manutenção conforme exigências da CETESB	UNMES	6,00	R\$ 592,03	R\$ 3.552,18
1.10	CDHU/185	01.17.51	Projeto executivo de estrutura em formato A1	UN	6,00	R\$ 1.767,99	R\$ 10.607,94
			Sub Total Serviços Preliminares				R\$ 64.679,28
2			INFRAESTRUTURA				
2.1	CDHU/185	08.07.090	Esgotamento de águas superficiais com bomba de superfície ou submersa	HPXh	270,00	R\$ 5,52	R\$ 1.490,40
2.2	DER	25.03.04.01.99	ENSECADEIRA COM SACOS DE AREIA	m3	120,00	R\$ 538,06	R\$ 64.567,20
2.3	DER	24.02.12.99	ESCAV.FUND.DENTRO ENSEC.SEM EXPL. ATE 3M	m3	84,14	R\$ 77,55	R\$ 6.525,06
2.4	DER	22.02.01.99	ESCAVACAO E CARGA DE MATERIAL DE 1/2A CATEGORIA	m3	84,14	R\$ 10,65	R\$ 896,09
2.5	DER	37.04.09.99	COMPACTACAO MANUAL,REATERRO SOLO LOCAL	m3	58,92	R\$ 35,30	R\$ 2.079,88
2.6	DER	24.12.01.02.99	ENCHIMENTO DE VALA COM PEDRA BRITADA 3E4	m3	2,16	R\$ 147,93	R\$ 319,53
2.7	DER	25.09.05.99	CONCRETO FCK 25 MPA	m3	28,80	R\$ 732,37	R\$ 21.092,26
2.8	DER	24.06.02.99	BARRA DE ACO CA-50	kg	2304,00	R\$ 17,27	R\$ 39.790,08
2.9	DER	37.04.10.99	FORMA PLANA P/CONCRETO COMUM	m2	205,20	R\$ 146,12	R\$ 29.983,82



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista - SP
Planilha Orçamentária - Construção - Duplicação da ponte de acesso ao Distrito da Roseta

Obra: CONSTRUÇÃO DA PONTE DE ACESSO AO DISTRITO DA ROSETA (Rio Capivara)

Local: ESTRADA VICINAL PGP - 161 - PONTE SOBRE O RIO CAPIVARA - DISTRITO DA ROSETA - PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Base: DER - TABELA DE PREÇOS UNITÁRIOS DESONERADOS - Data de Referência: 31/03/2021

Data: ABRIL DE 2022

Ítem	Base Serviços	Códigos Serviços	Descrição dos Serviços	Um	Quant.	Valor unitário R\$	Valor total R\$
			Sub Total Infraestrutura				R\$ 166.744,32
3			SUPERESTRUTURA				
			PILARES				
3.1	DER	24.07.12	CONCRETO FCK 35 MPA	m³	4,86	R\$ 768,89	R\$ 3.736,81
3.2	DER	24.06.02	BARRA DE ACO CA-50 (pilares)	kg	486,00	R\$ 17,27	R\$ 8.393,22
3.3	DER	24.06.03	BARRA DE ACO CA-60 (pilares)	kg	121,50	R\$ 21,75	R\$ 2.642,63
3.4	DER	37.04.11	FORMA PLANA PARA CONCRETO APARENTE (pilares)	m²	42,77	R\$ 177,09	R\$ 7.573,79
			VIGAS				
3.5	DER	24.07.12	CONCRETO FCK 35 MPA (vigas)	m³	67,39	R\$ 768,89	R\$ 51.811,87
3.6	DER	24.06.02	BARRA DE ACO CA-50 (vigas)	kg	6468,99	R\$ 17,27	R\$ 111.719,40
3.7	DER	24.06.03	BARRA DE ACO CA-60 (vigas)	kg	1617,25	R\$ 21,75	R\$ 35.175,12
3.8	DER	37.04.11	FORMA PLANA PARA CONCRETO APARENTE (vigas)	m²	92,36	R\$ 177,09	R\$ 16.356,03
3.9	DER	24.05.01	FORMA PLANA PARA CONCRETO COMUM caixão perdido (vigas)	m²	508,45	R\$ 146,12	R\$ 74.294,13
3.10	DER	24.04.01	CIMB.DE PASSAGEM SECUND. E GALERIA RET.	m³	2520,00	R\$ 74,81	R\$ 188.521,20
	DER		LAJES				
3.11	DER	24.07.12	CONCRETO FCK 35 MPA (lajes)	m³	126,00	R\$ 768,89	R\$ 96.880,14
3.12	DER	24.06.02	BARRA DE ACO CA-50 (lajes)	kg	12.096,00	R\$ 17,27	R\$ 208.897,92
3.13	DER	24.06.03	BARRA DE ACO CA-60 (lajes)	kg	3.024,00	R\$ 21,75	R\$ 65.772,00
3.14	DER	37.04.11	FORMA PLANA PARA CONCRETO APARENTE (lajes)	m²	25,20	R\$ 177,09	R\$ 4.462,67
			PAREDES CABECEIRAS (cortinas e ala)				
3.15	DER	28.07.06.99	BROCA DE CONTRETO ARMADO D=30CM	m	64,00	R\$ 134,04	R\$ 8.578,56
3.16	DER	22.02.04	ESCAVACAO E CARGA MATERIAL 3 CATEGORIA	m³	274,96	R\$ 55,42	R\$ 15.238,28



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista - SP
Planilha Orçamentária - Construção - Duplicação da ponte de acesso ao Distrito da Roseta

Obra: CONSTRUÇÃO DA PONTE DE ACESSO AO DISTRITO DA ROSETA (Rio Capivara)

Local: ESTRADA VICINAL PGP - 161 - PONTE SOBRE O RIO CAPIVARA - DISTRITO DA ROSETA - PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Base: DER - TABELA DE PREÇOS UNITÁRIOS DESONERADOS - Data de Referência: 31/03/2021

Data: ABRIL DE 2022

Ítem	Base Serviços	Códigos Serviços	Descrição dos Serviços	Um	Quant.	Valor unitário R\$	Valor total R\$
3.17	DER	24.12.08	COMPACTACAO MANUAL C/REATERRO SOLO LOCAL	m³	6,95	R\$ 35,30	R\$ 245,16
3.18	DER	24.07.12	CONCRETO FCK 35 MPA (cortinas e ala)	m³	65,84	R\$ 768,89	R\$ 50.623,72
3.19	DER	24.06.02	BARRA DE ACO CA-50 (CORTINAS E ALA)	kg	5267,20	R\$ 17,27	R\$ 90.964,54
3.20	DER	24.06.03	BARRA DE ACO CA-60 (cortinas e ala)	kg	1316,80	R\$ 21,75	R\$ 28.640,40
3.21	DER	37.04.11	FORMA PLANA PARA CONCRETO APARENTE (cortinas e ala)	m²	278,96	R\$ 177,09	R\$ 49.401,03
3.22	DER	24.07.12	CONCRETO FCK 35 MPA (sapata corrida)	m³	29,60	R\$ 768,89	R\$ 22.759,14
3.23	DER	24.06.03	BARRA DE ACO CA-60 (sapata corrida)	kg	2368,00	R\$ 21,75	R\$ 51.504,00
			MURETAS				
3.24	DER	26.11.03.05	GUARDA CORPO METALICO DE PASSARELA H=0,90M, CONFORME PP-DE C04/029.	m	60,00	R\$ 1.453,16	R\$ 87.189,60
3.25	DER	27.14.05.99	PINTURA A BASE DE ESMALTE SINTETICO 3 DEMAOS, SENDO UMA DEMAO FUNDO OXIDO FERRO	m²	60,00	R\$ 50,43	R\$ 3.025,80
3.26	DER	28.06.18.99	BARREIRA RIGIDA DE CONCRETO ARMADO SIMPLES ALTA NBR 14.885	m	60,00	R\$ 581,00	R\$ 34.860,00
			Sub Total Superestrutura				R\$ 1.319.267,16
4			ESCOAMENTO ÁGUAS PLUVIAIS E CONTENÇÕES				
4.1	DER	22.02.04	ESCAVACAO E CARGA MATERIAL 3 CATEGORIA	m³	144,32	R\$ 55,42	R\$ 7.998,44
4.2	DER	24.12.08	COMPACTACAO MANUAL C/REATERRO SOLO LOCAL	m³	48,11	R\$ 35,30	R\$ 1.698,21
4.3	DER	24.09.04.06	GABIAO TIPO CAIXA,ZN90/AL10,NBR 8964,H=0,50 M REVEST.POLI.ABRASAO MENOR QUE 09%	m³	116,25	R\$ 1.076,14	R\$ 125.101,28
4.4	DER	25.09.05	CONCRETO FCK 25 MPA	m³	3,96	R\$ 732,37	R\$ 2.900,19
4.5	DER	22.02.06	CARGA DE MATERIAL LIMPEZA	m³	144,32	R\$ 4,04	R\$ 583,05
4.6	DER	22.03.09	TRANSPORTE DE SOLO MOLE ATE 2 KM	m³	144,32	R\$ 7,81	R\$ 1.127,14
4.7	DER	22.04.01	COMPACTACAO DE ATERRO MAIOR/IGUAL 95% PS	m³	144,32	R\$ 6,15	R\$ 887,57
4.8	DER	37.04.29	ENROCAMENTO PEDRA ARRUMADA	m³	17,38	R\$ 314,79	R\$ 5.469,79
			Sub Total Escoamento de Águas Pluviais e Contensões				R\$ 145.765,67



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista - SP
Planilha Orçamentária - Construção - Duplicação da ponte de acesso ao Distrito da Roseta

Obra: CONSTRUÇÃO DA PONTE DE ACESSO AO DISTRITO DA ROSETA (Rio Capivara)

Local: ESTRADA VICINAL PGP - 161 - PONTE SOBRE O RIO CAPIVARA - DISTRITO DA ROSETA - PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Base: DER - TABELA DE PREÇOS UNITÁRIOS DESONERADOS - Data de Referência: 31/03/2021

Data: ABRIL DE 2022

Ítem	Base Serviços	Códigos Serviços	Descrição dos Serviços	Um	Quant.	Valor unitário R\$	Valor total R\$
5			PAVIMENTAÇÃO				
5.1	DER	21.05.04	DEMOLICAO PAV.RIG.INCL.TRANSP. ATE 1 KM	m³	44,80	R\$ 309,41	R\$ 13.861,57
5.2	DER	27.01.04.99	REMOCAO,CARGA E TRANSP.ENTULHO EM GERAL	txkm	537,60	R\$ 2,65	R\$ 1.424,64
5.3	DER	23.10.01	FRESAGEM CONTINUA DE PAV., INDEPENDENTE DA ESPESSURA	m³	43,52	R\$ 330,35	R\$ 14.376,83
5.4	DER	22.01.02	LIMP.TERRENO C/DEST.ARV.PERIMETRO<=78CM	m²	2020,60	R\$ 1,01	R\$ 2.040,81
5.5	DER	22.02.01	ESCAVACAO E CARGA DE MATERIAL DE 1/2A CATEGORIA	m³	404,12	R\$ 10,65	R\$ 4.303,88
5.6	DER	22.06.05	ESPALH.ADENS.MATERIAL DE FUND.DE ATERRO	m³	404,12	R\$ 4,13	R\$ 1.669,02
5.7	DER	22.04.01	COMPACTACAO DE ATERRO MAIOR/IGUAL 95% PS	m³	404,12	R\$ 6,15	R\$ 2.485,34
5.8	DER	23.03.04.99	REFORCO DE SUB-LEITO COMPACT 100% EN	m³	404,12	R\$ 7,54	R\$ 3.047,06
5.9	DER	37.03.10.99	SUB-BASE OU BASE BRITA GRAD.SIMPLES	m³	110,00	R\$ 253,50	R\$ 27.885,00
5.10	DER	37.03.11	IMPRIMADURA BET.IMPERMEABILIZANTE	m²	2591,56	R\$ 14,14	R\$ 36.644,66
5.11	DER	37.03.12.99	IMPRIMADURA BETUMINOSA LIGANTE	m²	2591,56	R\$ 5,40	R\$ 13.994,42
5.12	DER	37.03.15.99	CAMADA DE ROLAMENTO CBUQ - PANOS S/DOP	m³	76,50	R\$ 1.965,46	R\$ 150.357,69
5.13	DER	37.04.63	CANALETA CONCRETO 60CM	m	450,00	R\$ 121,68	R\$ 54.756,00
5.14	DER	25.09.05	CONCRETO FCK 25 MPA	m³	15,12	R\$ 732,37	R\$ 11.073,43
5.15	DER	37.06.02	GRAMA EM PLACA COM ADUBO	m²	900,00	R\$ 15,22	R\$ 13.698,00
			Sub Total Pavimentação				R\$ 351.618,35
6			SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA				
6.1	DER	34.03.06	LIMPEZA AREAS EXT.PISOS PAV.E TERRA	m²	152,00	R\$ 2,92	R\$ 443,84
6.2	DER	28.03.05.04.99	SINAL.HORIZ.PLAST.FRIO BASE DE RES. METACRIL. REATIVAS,	m²	52,00	R\$ 217,98	R\$ 11.334,96
6.3	DER	28.05.11.08.99	FORN.TRANS.INST.DE DEFENSA METÁLICA NBR 15486 H1 A W4 SIMPLES.	m	40,00	R\$ 1.343,87	R\$ 53.754,80
			Sub Total				R\$ 65.533,60
7			DEMOLIÇÃO DA PONTE EXISTENTE				



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista - SP
Planilha Orçamentária - Construção - Duplicação da ponte de acesso ao Distrito da Roseta

Obra: CONSTRUÇÃO DA PONTE DE ACESSO AO DISTRITO DA ROSETA (Rio Capivara)

Local: ESTRADA VICINAL PGP - 161 - PONTE SOBRE O RIO CAPIVARA - DISTRITO DA ROSETA - PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Base: DER - TABELA DE PREÇOS UNITÁRIOS DESONERADOS - Data de Referência: 31/03/2021

Data: ABRIL DE 2022

Ítem	Base Serviços	Códigos Serviços	Descrição dos Serviços	Um	Quant.	Valor unitário R\$	Valor total R\$
7.1	DER	37.01.15.99	DEMOLICAO E RETIRADA DE GUARDA-CORPO	m³	1,20	R\$ 450,72	R\$ 540,86
7.2	DER	37.01.14.99	DEMOLICAO OBRAS DE CONCRETO ARMADO	m³	137,37	R\$ 540,65	R\$ 74.269,09
7.3	DER	27.01.04.99	REMOCAO,CARGA E TRANSP.ENTULHO EM GERAL	txkm	137,37	R\$ 2,65	R\$ 364,03
			Sub Total				R\$ 75.173,98
			Total				R\$ 2.188.782,36
			BDI 27,05% (itens retirado planilha CDHU 185)				R\$ 10.387,87
			TOTAL GERAL				R\$ 2.199.170,23

Paraguaçu Paulista, 8 de abril de 2022.

ELZA REGINA

SALOMAO:07968502837

Eng. Elza Regina Salomão
CREA 069.739.4056/SP
ART 28027230220574992

Assinado de forma digital por ELZA REGINA SALOMAO:07968502837
Data: 2022.04.26 11:51:34 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUACU PAULISTA

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO PROTOCOLO E ARQUIVO**

PROCESSO: 0000001533 / 2022

**Ao Exmo Sr.
Prefeito Municipal**

Proprietário/Interessado: 00012528 CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TUR. DE PARAGUACU PTA

CNPJ/CPF: 51500619000104

Endereço: R. GUERINO MATHEUS 205

Bairro: JARDIM PAULISTA

Cidade: PARAGUACU PAULISTA CEP: 19.703-060

Fone: (18) 3361-1047

ASSUNTO REQUERIMENTO LIVRE

O Requerimento acima qualificado vem pelo presente muito respeitosamente solicitar que V. Excia se digne
OFICIO Nº 0132-2022.

Observações:

DATA: 01/06/2022 HORA: 13:11:15

Nestes termos peço deferimento

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TUR. DE PARAGUAÇU

Ofício Nº 0132-2022

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 1º de junho de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
ANTONIO TAKASHI SASADA
Prefeitura Municipal da Estância Turística de
PARAGUAÇU PAULISTA (SP)

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Em atenção ao Ofício nº. 424/2022-GAP, que sugeriu a retificação de Emendas Impositivas ao Orçamento Municipal 2022 destinadas ao Departamento de Saúde, informamos que, de acordo com o Regimento Interno da Casa, foi formulado pelo Vereador Marcelo Gregório e Outros o Requerimento nº. 174/2022 solicitando tal alteração.

O requerimento foi devidamente analisado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade que manifestou-se favoravelmente ao pedido, conforme parecer anexo, podendo esse Executivo dar andamento às medidas necessárias a fim de levar a efeito a adequação em questão.

Aproveitamos a oportunidade para expressar nossos votos de estima.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR
Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA - SP
Protocolo nº 1533
Data: 01 / 06 / 22
Sen. Otávio
VISTO

Parecer de Comissão 54/2022

Protocolo 34297 Envio em 01/06/2022 10:44:05

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Ao Requerimento nº 174/2022

Autor: Vereador MARCELO GREGÓRIO E OUTROS

Requer a alteração das Emendas Impositivas nºs 014, 015, 018 e 021/2021 ao Orçamento Municipal de 2022, com base no art. 271-A do Regimento Interno da Câmara, destinadas ao Departamento de Saúde (custeio Associação de Combate ao Câncer).

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunindo seus membros nesta data, analisou o Requerimento nº 174/2022, de autoria dos Vereadores Marcelo Gregório, Delmira de Moraes Jeronimo, Rodrigo Almeida Domiciano de Andrade e Graciane da Costa Oliveira Cruz, que, com fundamento no inciso I do art. 271-A do Regimento Interno, requereu a alteração das seguintes Emendas Impositivas apresentadas ao Orçamento Municipal 2022 (Lei Municipal nº 3.422/2021), nos termos sugeridos no Anexo Único do Ofício nº 424/2022-GAP, apresentado pelo sr. Prefeito Municipal.

Departamento Municipal de Saúde

Entidade social beneficiada: Associação de Combate ao Câncer

- **Emenda Impositiva nº 014/2021**, autoria do Vereador Marcelo Gregorio:

826

Valor	Objeto inicial	Novo Objeto
38.313,00	custeio da associação 293	Aquisição de equipamentos e mobiliários

- **Emenda Impositiva nº 015/2021**, autoria da Vereadora Delmira de Moraes Jeronimo:

Valor	Objeto inicial	Novo Objeto
19.660,27	custeio da associação	Aquisição de equipamentos e mobiliários

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparuaguacu.sp.gov.br

- **Emenda Impositiva nº 018/2021**, autoria do Vereador Rodrigo Almeida D. de Andrade:

Valor	Objeto inicial	Novo Objeto
4.528,00	custeio da associação	Aquisição de equipamentos e mobiliários

- **Emenda Impositiva nº 021/2021**, autoria da Vereadora Graciane da Costa Oliveira Cruz:

Valor	Objeto inicial	Novo Objeto
4.203,00	custeio da associação	Aquisição de equipamentos e mobiliários

Do ponto de vista financeiro/orçamentário, a alteração ora proposta, sugerida pelo Poder Executivo, visa a execução das Emendas Impositivas nºs 014, 015, 018 e 021/2021, considerando que a Entidade encontra-se em processo de construção de uma nova sede, a aquisição de equipamentos e mobiliários se faz necessário para o bom funcionamento e atendimento adequado aos usuários.

Ademais, tais alteração não colidem com a previsão contida no § 1º do art. 271-A do Regimento Interno.

Assim, os membros da COFC manifestam-se **FAVORAVELMENTE** à alteração proposta à Emendas Impositivas nºs 014, 015, 018 e 021/2021.

Palácio Legislativo Água Grande, 1º de junho de 2022.

Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

DANIEL RODRIGUES FAUSTINO
Presidente da Comissão

FÁBIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS
Vice-Presidente

MARCELO GREGÓRIO
Secretário

293

Assinado por: DANIEL RODRIGUES
FAUSTINO:42408287839,
2022.06.01 08:26:27 BRT

Assinado por: MARCELO
GREGORIO:27677356869,
2022.06.01 08:40:47 BRT

Assinado por: FABIO FERNANDO
SIQUEIRA DOS
SANTOS:22040058869, 2022.06.01
09:07:27 BRT

Requerimento de Sessão 174/2022

Protocolo 34276 Envio em 30/05/2022 14:27:16

Requer a alteração das Emendas Impositivas nºs 014, 015, 018 e 021/2021 ao Orçamento Municipal de 2022, com base no art. 271-A do Regimento Interno da Câmara, destinadas ao Departamento de Saúde (custeio Associação de Combate ao Câncer).

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR

Presidente da Câmara Municipal,

Os Vereadores que a este subscrevem, com fundamento no inciso I do art. 271-A do Regimento Interno, **REQUEREM** as alterações das seguintes Emendas Impositivas apresentadas ao Orçamento Municipal 2022 (Lei Municipal nº 3.422/2021), nos termos sugeridos no Anexo Único do Ofício nº 424/2022-GAP apresentado pelo sr. Prefeito Municipal, cópia anexa:

Departamento Municipal de Saúde

Entidade social beneficiada: Associação de Combate ao Câncer

- **Emenda Impositiva nº 014/2021**, autoria do Vereador Marcelo Gregorio:

Valor	Objeto inicial	Novo Objeto
38.313,00	custeio da associação	Aquisição de equipamentos e mobiliários

- **Emenda Impositiva nº 015/2021**, autoria da Vereadora Delmira de Moraes Jeronimo:

Valor	Objeto inicial	Novo Objeto
19.660,27	custeio da associação	Aquisição de equipamentos e mobiliários

- **Emenda Impositiva nº 018/2021**, autoria do Vereador Rodrigo Almeida D. de Andrade:

Valor	Objeto inicial	Novo Objeto
4.528,00	custeio da associação	Aquisição de equipamentos e mobiliários

- **Emenda Impositiva nº 021/2021**, autoria da Vereadora Graciane da Costa Oliveira Cruz:

Valor	Objeto inicial	Novo Objeto
4.203,00	custeio da associação	Aquisição de equipamentos e mobiliários

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

OFÍCIO Nº 0424/2022-GAP

Paraguaçu Paulista-SP, 20 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
José Roberto Baptista Júnior
Presidente da Câmara Municipal
Rua Guerino Mateus, 205, Jardim Paulista
19703-060 Paraguaçu Paulista-SP

Assunto: Solicita a alteração de emendas impositivas destinadas ao Departamento de Saúde.

Senhor Presidente,

Solicitamos dessa egrégia Câmara Municipal, nos termos do art. 297-A da Lei Orgânica do Município combinado com o art. 271-A do Regimento interno da Câmara Municipal, a alteração de emendas impositivas destinadas ao **Departamento de Saúde**, conforme detalhamento e justificativas constantes do Anexo Único deste ofício.

Certos da atenção de Vossa Excelência, apresentamos nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente.


ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)
Prefeito

ATS/ETNN/TSC/ammm
OF

20 Paraguaçu Paulista
Protocolo: 17422
Data: 20/05/2022
Assinado: my

ASSOCIAÇÃO PARAGUAÇUENSE DE COMBATE AO CÂNCER

"Uma janela aberta para a vida."

CNPJ 00.664.575/0001-09

Rua Santos Dumont, 323 - Fone (18) 3362-4520 - CEP 19700-000 - Paraguaçu Paulista - SP

Paraguaçu Paulista, 15 de Março de 2022

Ofício Nº 03/2022

Associação Paraguaçuense de Combate ao Câncer- APCC

Ao Ilmo Sr Diretor

Departamento de Saúde da Prefeitura da Estância Turística Paraguaçu Paulista-SP

Egydio Tonini Nogueira Neto

Assunto: Mudança do Objeto referente às Emendas Parlamentares- Ofício 84/2022

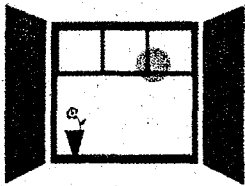
Prezado Senhor,

Vimos através deste, solicitar sua atenção para a mudança do objeto referente às Emendas Impositivas Parlamentares citadas no Ofício acima mencionado, para que possamos direcioná-las à Aquisição de Equipamentos e Mobiliários visto que estamos em processo de construção de uma nova sede para a Entidade e precisaremos destes para o bom funcionamento e atendimento adequado do nosso público alvo.

Aguardamos sua manifestação sobre o assunto.

Atenciosamente,

Francelina Gonçalves Matheus



ASSOCIAÇÃO PARAGUAÇUENSE DE COMBATE AO CÂNCER

"Uma janela aberta para a vida."

CNPJ 00.664.575/0001-09

Rua Santos Dumont, 323 - Fone (18) 3362-4520 - CEP 19700-000 - Paraguaçu Paulista - SP

Paraguaçu Paulista, 31 de Março de 2022

Ofício Nº 04/2022

Associação Paraguaçuense de Combate ao Câncer- APCC

Ao Ilmo Sr Diretor

Departamento de Saúde da Prefeitura da Estância Turística Paraguaçu Paulista-SP

Egydio Tonini Nogueira Neto

Assunto: Encaminhamento Plano de Trabalho Proposta 031/2022

Prezado Senhor,

Vimos através deste, encaminhar Plano de Trabalho – Proposta 031/2022 referente as Emendas Impositivas Parlamentares para conhecimento e avaliação.

Atenciosamente,

Francelina Gonçalves Matheus

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE
PARAGUAÇU PAULISTA - SP

Protocolo

Nº 52 de 31/03/22

PLANO DE TRABALHO - PROPOSTA 0031/2022

1. DADOS CADASTRAIS

Nome da Entidade Associação Paraguaçuense de Combate ao Câncer			CNPJ 00.664.575/0001-09	
Endereço Rua Santos Dumont, 323			Bairro Centro	
Cidade Paraguaçu Paulista	UF SP	CEP 19700-017	DDD/Telefone (18) 99664-4953	Email apcc95@gmail.com
Nome do Responsável Francelina Gonçalves Matheus			CPF 058.426.338-41	
RG/Órgão Expedidor 3.240.489 -		Cargo Presidente		
Endereço Rua Santos Dumont, 323, Centro, Paraguaçu Paulista/SP			CEP 19700-017	

2. DESCRIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Título Manutenção do atendimento-Emenda Impositiva	Período de Execução Início: 28/03/2022 - Término: 31/12/2022	
Identificação do Objeto Manutenção do atendimento de pessoas carentes portadoras de câncer buscando a realização de ações que qualifiquem o auxílio prestado com ênfase na prevenção.		
Público Alvo Pacientes carentes portadores de câncer residentes no município e seus familiares.		
Local de Execução Sede da Entidade- Associação Paraguaçuense de Combate ao Câncer Rua Santos Dumont, 323- Centro		
Coordenador(a) Sílvia Barbosa de Sá Pinheiro CPF 058427588-90		
Responsável Francelina Gonçalves Matheus CPF 058426338-41		
Endereço Rua Expedicionários 640- Centro	DDD/Telefone (18) 3361-1882	Endereço Eletrônico laramatheusalmeida@hotmail.com

3. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Aquisição de equipamentos e mobiliários para a nova sede da Entidade que encontra-se em construção buscando oferecer ambiente e atendimento de qualidade aos pacientes portadores de câncer e seus familiares.

4. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Oferecer ambiente físico adequado e de qualidade para melhor acolhimento dos pacientes portadores de câncer e seus familiares, oportunizando ao grupo de voluntários maior organização e privacidade no atendimento prestado.

Objetivo Específico

Adquirir equipamentos e mobiliários organizando a Entidade em ambientes específicos com salas climatizadas adequadas ao atendimento oferecido e separadas em:

- 1- Secretaria
- 2- Sala de Cadastro

- 3- Sala de Espera
- 4- Sala de Reuniões
- 5- Sala de Artesanato
- 6- Cozinha
- 7- Salas para atendimento individual
- 8- Depósito

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

1	META: Adquirir 100% de equipamentos e mobiliários para organização do novo espaço físico da Entidade em ambientes específicos e adequados ao atendimento oferecido.				
Etapa/Fase	Especificação	Unidade	Qtde Física	Início	Término
1.01	Início dos atendimentos	Unidade	1	28/03/2022	31/12/2022
Ações Monitorar a rotina diária para avaliar a importância da aquisição dos novos equipamentos no acolhimento e atendimento prestado aos pacientes.					
1.02	Recebimento e montagem dos equipamentos e mobiliários	Unidade	1	28/03/2022	31/12/2022
Ações Conferência na entrega, avaliação do produto, garantia de fábrica e acompanhamento da montagem dos equipamentos.					
1.03	Elaborar /preparar o processo de aquisição dos equipamentos e mobiliários propostos.	Unidade	1	28/03/2022	31/12/2022
Ações Realizar a cotação de três preços para análise e tomada de decisão.					

6. METODOLOGIA

Realizar diagnóstico da real necessidade da Entidade relacionada a mobiliário e equipamentos para a nova sede com base no memorial descritivo da planta.
Pesquisar no mercado os valores acessíveis para efetuar a compra.

7. FORMA DE AFERIÇÃO DOS INDICADORES DAS METAS/ETAPAS OU FASES

Aquisição de 100 % dos equipamentos e mobiliários listados neste Plano de Trabalho necessários para a nova sede da Entidade em processo de construção de acordo com a planta anexa a essa proposta

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (INSTRUMENTAIS)

Acompanhar a compra e a aquisição dos equipamentos e mobiliários solicitados.
Avaliar a qualidade e as condições de entrega dos produtos.

9. PROVISÃO/EQUIPE CONTRATADA

Cargo/Função	Qtde.	Remuneração R\$	Total Mês R\$	Total Ano
Total			0,00	0,00

10. RECURSOS FISICOS

Nº Ordem	Quantidade	Especificação
01	1	Recepção/Secretaria

Nº Ordem	Quantidade	Especificação
02	1	Cozinha
03	1	Sala de artesanato
04	1	Área de Serviço
05	1	Almoxarifado
06	2	Sanitários

11. RECURSOS MATERIAIS

Nº Ordem	Quantidade	Especificação
01	450	Cartilhas e impressos direcionados as ações de prevenção e educação em saúde
02	1	Ar condicionado
03	8	Armários
04	1	Bebedouro
05	1	Computador
06	1	Impressora
07	1	Fogão
08	1	Freezer
09	1	Geladeira
10	1	Notebook
11	9	Mesas
12	6	Prateleiras
13	1	Telefone fixo
14	2	Ventilador

12. PLANO DE APLICAÇÃO

1 - Bens Permanentes - BB 001/ AG 0105/ CC 32341-1 M (Municipal)	Unidade	Quantidade	Previsto R\$	Apost.
1.01 - Ar Condicionado	Un	6	14.800,00	0,00
1.02 - Armário	Un	8	6.400,00	0,00
1.03 - Bebedouro de Água	Un	2	3.000,00	0,00
1.04 - Cadeira	Un	30	9.000,00	0,00
1.05 - Cadeira de Rodas	Un	1	800,00	0,00
1.06 - Computadores e Notebooks	Un	3	8.400,00	0,00
1.07 - Eletrodomésticos	Un	3	4.600,00	0,00
1.08 - Equipamentos de Escritório	Un	6	1.800,00	0,00
1.09 - Impressoras	Un	1	1.360,00	0,00
1.10 - Lavadora de Alta Pressão	Un	1	1.400,00	0,00
1.11 - Mesa	Un	6	4.987,00	0,00
1.12 - Mobiliários	Un	2	1.600,00	0,00
1.13 - Móveis	Un	9	6.257,00	0,00

1.14 - Televisor	Un	1	2.300,00	0,00
Subtotal			66.704,00	0,00
2 - Financeira - BB 001/ AG 0105/ CC 32341-1 M (Municipal)	Unidade	Quantidade	Previsto R\$	Apost. R\$
2.01 - Financeira			0,00	0,00
Subtotal			0,00	0,00
3 - Tributárias - BB 001/ AG 0105/ CC 32341-1 M (Municipal)	Unidade	Quantidade	Previsto R\$	Apost. R\$
3.01 - IOF s/ Operações Financeiras			0,00	0,00
3.02 - IRRF s/ Operações Financeiras			0,00	0,00
Subtotal			0,00	0,00
Total BB 001/ AG 0105/ CC 32341-1 M (Municipal)			66.704,00	0,00
Total			66.704,00	0,00
Total Geral (Previsto + Apostilamento)			66.704,00	

13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Fonte de Recurso	Valor Concedente	Valor Proponente	Data
Municipal (BB 001/ AG 0105/ CC 32341-1 M)		66.704,00	10/05/2022
Total		66.704,00	
Total BB 001/ AG 0105/ CC 32341-1 M (Municipal)		66.704,00	

14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

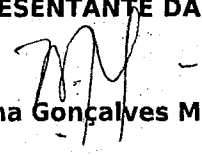
Atualmente a sede da Associação Paraguaçuense de Combate ao Câncer funciona em um prédio pequeno dividido em ambientes por biombos com privacidade prejudicada no atendimento por se tratar de pessoas portadores de câncer que muitas vezes tem dificuldade em relatar o seu caso.

15. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao (Órgão Público Interessado) para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro ou qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste plano de trabalho.

Paraguaçu Paulista, 28 de Março de 2022.

16. REPRESENTANTE DA ENTIDADE


Francelina Gonçalves Matheus
Dirigente

Francelina Gonçalves Matheus CPF 058426338-41
Responsável



Assinado por: MARCELO
GREGORIO:27677356869,
2022.05.26 17:03:02 BRT



Assinado por: GRACIANE DA COSTA
OLIVEIRA CRUZ:30691917892,
2022.05.26 17:03:50 BRT



Assinado por: RODRIGO ALMEIDA
DOMICIANO DE
ANDRADE:34952006816,
2022.05.30 09:45:50 BRT



Assinado por: DELMIRA DE MORAES
JERONIMO:12784234860,
2022.05.30 14:15:06 BRT

P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2021

Dezembro(31/12/2021)

1 of 1

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA.

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
			ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO		3.766.663,82	-2.204.965,92
01	VINCULADO		3.883.131,59	2.622.859,50
100	GERAL TOTAL		-2.181.380,57	-155.681,44
110	GERAL		2.038.188,32	-284.626,17
190	MOVIMENTAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIA		-626.805,73	0,00
200	EDUCAÇÃO		2.390.863,68	1.319.661,12
210	EDUCAÇÃO INFANTIL		-83.080,05	-3.925,60
220	ENSINO FUNDAMENTAL		-2.228,09	-88.530,32
260	EDUCAÇÃO-FUNDEB		5.128.232,15	696.059,28
261	EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO/Prof.Educação		-1.787.657,80	-10.930,78
262	EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS		-1.075.811,72	0,00
263	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		8.703,92	0,00
300	SAÚDE		38.720,22	37.610,77
301	ATENÇÃO BÁSICA		1.037.647,63	978.123,78
302	ATENÇÃO DE MÉDIA/ALTA COMPLEX.AMBUL/HOSP		-406.752,57	-258.919,84
303	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		137.263,24	-2.877,61
304	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		65.741,67	-34.890,05
305	GESTÃO DO SUS		59.960,59	0,00
310	SAÚDE-GERAL		-697.199,76	-69.764,13
312	RECURSOS PARA COMBATE AO CORONAVIRUS		-337.443,60	-190.452,76
500	ASSISTÊNCIA SOCIAL		264.092,85	693.871,23
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		0,00	-1.867,98
800	TRANSF.UNIÃO DECORRENTES EMENDA PARL.IND		-87.922,79	0,00
TOTAL			7.649.795,41	417.893,58

Projeto de Lei 31/2022 Protocolo 34393 Envio em 14/06/2022 08:57:16
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de julho de 2021, por Antonio Takashi Sasada.
Este documento é uma cópia da versão original disponível em https://sapi.paraguacupaulista.sp.leg.br/media/sapl/public/materiale legislativa/2022/18084/18084_original.pdf

